

ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE SOBRE O LUCRO LÍQUIDO E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL¹

ANALYSIS OF IMPACTS OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS ON NET INCOME AND EQUITY OF COMPANIES IN THE TEXTILE INDUSTRY

*Adolfo Henrique Coutinho e Silva*²

*Luiz da Costa Laurencel*³

*Sidmar Roberto Vieira Almeida*⁴

*Silvestre de Mello de Souza*⁵

*Thiago de Abreu Costa*⁶

RESUMO: Este estudo investiga se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) das empresas de capital aberto do setor têxtil, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e evidenciados nos anos de 2007, 2008 e 2009, sob normas distintas (IFRS e BRGAAP). Complementarmente, o estudo identifica quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes no período analisado. A amostra foi composta por 23 empresas de capital aberto listadas na Bovespa. A análise foi conduzida com o teste de diferença de média (t de Student e Wilcoxon). Os resultados apontaram diferenças estatisticamente significativas entre o patrimônio líquido nos anos de 2008 (11,2%) e 2009 (11,6%), o lucro líquido no ano de 2009 (5,1%) e o ROE no ano de 2009 (-10%) apurados sob normas contábeis distintas (BRGAAP e CPC/IFRS), sendo que o principal CPC responsável por essa diferença foi o CPC 27 – Ativo Imobilizado. O estudo é relevante por analisar os impactos da alteração de práticas contábeis dentro de um setor econômico específico, contribuindo assim para um maior entendimento da realidade contábil do setor em questão.

Palavras-Chave: Contabilidade societária; Normas internacionais de contabilidade; Harmonização contábil. Têxtil

ABSTRACT: This study investigates if there are significant differences between the value of the stockholders' equity, net profit and return on equity (ROE) of publicly traded companies in the textile sector, disclosed in the years 2007, 2008 and 2009, which were calculated under different accounting rules (CPC/IFRS and BRGAAP). In addition, the study sought to identify which changes in accounting practices were more significant and frequent in the analysis period. The sample is comprised of 23 publicly traded companies listed on Bovespa. The analysis was conducted using average difference test (Student's t and Wilcoxon). The results showed statistically significant differences between the stockholders in 2008 (11.2%) and 2009 (11.6%), net profit in the year 2009 (5.1%) and the ROE in the year 2009 (-10%) established under separate accounting rules (BRGAAP and CPC/IFRS), being the main rule responsible for this difference was the rule CPC27 – fixed assets. The contribution of the study is to demonstrate that the adoption of international accounting standards can compromise the comparability of financial statements for periods before and after its adoption. The study is also relevant for analyzing the impacts of changing accounting practices within a specific economic sector, thereby contributing to a better understanding of the reality of accounting concerned sector.

Keywords: Corporate accounting, International accounting standards, Accounting harmonization. Textile industry

¹ Artigo apresentado no II Encontro de Controladoria e Finanças do Mestrado em Ciências Contábeis da Unisinos.

² Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP, adolfocoutinho@uol.com.br

³ Doutor em Engenharia da Produção pela UFRJ/COPPE, llaurenc.ntg@terra.com.br

⁴ Mestre em Ciências Contábeis na Uerj, sid.adm@ig.com.br

⁵ Mestre em Ciências Contábeis na Uerj, admin@professorsilvestre.com

⁶ Mestre em Ciências Contábeis na Uerj, thiago.abreu.adm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O movimento de globalização dos negócios e o crescimento dos mercados financeiros internacionais contribuíram para a internacionalização da atividade econômica, ultrapassando as fronteiras nacionais. Neste cenário, são de suma importância a interpretação e a compreensão das informações financeiras a nível internacional, e não mais a práticas contábeis específicas de cada país.

Como resultado deste fenômeno, diversos países verificaram a necessidade de promover esforços, com apoio do *International Accounting Standards Board* (IASB), para harmonizar suas regras de contabilidade, com o objetivo de melhorar a utilidade das informações financeiras no contexto internacional. Como as normas emitidas pelo IASB não são obrigatórias, a falta de vontade política era a principal causa dos países não aceitarem a aplicação das novas regras. (CALLAO *et al.*, 2007)

No seio da União Européia a necessidade de fazer progressos no sentido de alcançar a comparabilidade internacional resultou na aprovação do Regulamento nº 1.606/2002, que previu a aplicação obrigatória das normas internacionais por todas as empresas listadas nas bolsas européias a partir de 2005. A aprovação deste regulamento resultou na adoção das IFRS - *International Financial Reporting Standards* - nos países europeus.

O Brasil também aderiu ao processo de harmonização das normas contábeis. Um passo importante nessa direção foi a aprovação, em 28 de dezembro de 2007, da Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à lei das Sociedades por Ações, mais especificamente ao capítulo XV que tratava sobre a matéria contábil. Essa nova lei tinha o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), e permitir que as novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Como consequência, essa mudança de normas e procedimentos contábeis podem gerar alterações em diversas medidas contábeis, como lucro líquido, patrimônio líquido ou total de ativos. Caso essas alterações sejam significativas, os usuários das informações contábeis serão afetados, pois esse fato pode influenciar seu processo de tomada de decisão ou gerar um impacto econômico sobre os mesmos. Sendo assim, o presente estudo teve o objetivo de verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurado nos anos de 2007, 2008 e 2009 sob normas distintas (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto do setor têxtil listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes no período analisado.

Por se tratar de uma análise setorial, este estudo propicia uma visão melhor sobre quais alterações contábeis foram mais impactantes no setor em questão, bem como permite avaliar o impacto das mudanças contábeis obrigatórias sobre a comparabilidade das principais métricas contábeis (Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e Retorno sobre o Patrimônio Líquido) em função da adoção das normas internacionais de contabilidade.

Além disso, o estudo contribui em demonstrar que a adoção das normas internacionais de contabilidade pode comprometer a comparabilidade das demonstrações contábeis nos períodos antes e depois de sua adoção.

Este trabalho está dividido e organizado da seguinte forma: a segunda seção apresenta um breve histórico da adoção das normas contábeis de contabilidade no Brasil e uma revisão de literatura dos estudos sobre a adoção do IFRS; a terceira seção descreve a composição da amostra analisada e a metodologia aplicada para medir as diferenças nas métricas contábeis antes e depois da adoção das normas internacionais de contabilidade; a quarta seção discute os resultados das análises empíricas e a quinta seção oferece algumas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

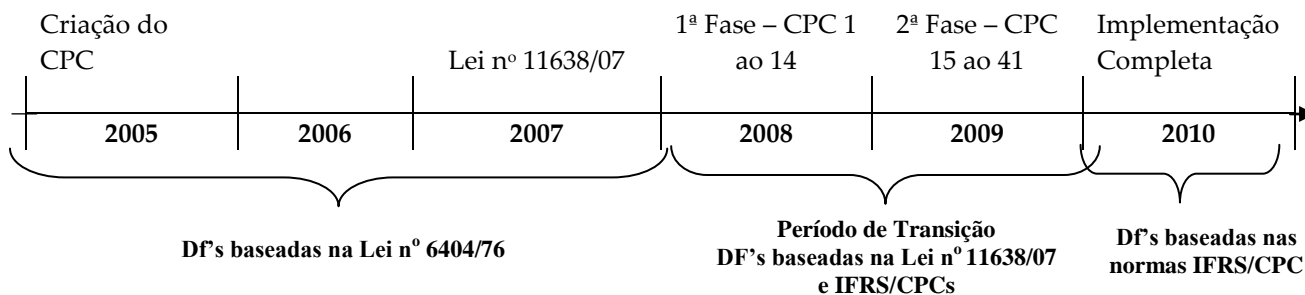
2.1. Histórico Do IFRS No Brasil

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que acelerou o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões contábeis internacionais. Essa lei alterou diversos itens da lei nº 6.404/76, objetivando a convergência dos padrões contábeis brasileiros com os padrões contábeis internacionais.

Esse movimento de convergência trouxe uma série de vantagens e muitos desafios. As empresas de capital aberto com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) teriam que apresentar a partir de 2010 as demonstrações financeiras com padrões contábeis internacionais (IFRS), de acordo com as regulamentações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 2005.

O processo de convergência ocorreu em duas fases. A primeira fase compreendeu o exercício social iniciado em 1º de Janeiro de 2008, sendo que para este exercício deveriam ser aplicados os pronunciamentos contábeis 1 ao 14, que disciplinavam as principais mudanças introduzidas pela nova lei. Já na segunda fase, que compreendeu os anos de 2009 e 2010, tornou obrigatória a utilização dos pronunciamentos contábeis 15 ao 41, fazendo com que a implementação das normas internacionais de contabilidade fosse finalizada. Todo esse processo é descrito na figura 1.

Figura 1: Esquema gráfico das alterações das normas contábeis no Brasil



Fonte: ALMEIDA *et al.* (2011, p. 139)

2.2. Estudos Anteriores

Com a adesão da União Européia, o número de países que adotaram as normas internacionais de contabilidade aumentou consideravelmente. No ano de 2009, mais de 100 países exigiam ou permitiam a utilização das IFRS como norma contábil. (PONTE *et al.*, 2010).

Juntamente com o aumento do número de países que utilizam o IFRS como norma contábil, o número de pesquisas que tem como objetivo estudar o processo de adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade e suas consequências também aumentaram. Calixto (2010) elaborou um estudo que tinha o objetivo de verificar, em bases de dados internacionais, pesquisas que tinham como objetivo analisar o impacto da adoção do IFRS. A pesquisa encontrou 75 artigos internacionais que versavam sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade, sendo que estes tinham objetivos distintos, como impacto na qualidade da informação contábil, impacto no mercado financeiro, impacto na comparabilidade e no custo de capital. Além desses, estudos anteriores sobre o tema foram desenvolvidos em diversos países da Europa e Ásia. Alguns desses estudos estão demonstrados no quadro 1.

Quadro 1 – Estudos Internacionais

Autores	País	Ano	Amostra	Resultados
Iatridis e Rouvolis (2010)	Grécia	2006	254 empresas não financeiras	A relevância da informação contábil gerada sob o IFRS é maior. As empresas apresentaram maior valor líquido por ação e maior <i>market to book value</i> .
Morais e Curto (2008)	Portugal	2008	34 empresas não financeiras	Houve um aumento da qualidade da informação contábil e uma diminuição da relevância da informação contábil após a adoção do IFRS.
Beckman <i>et al.</i> (2007)	Alemanha	1995 a 2002	22 empresas não financeiras	Os níveis de conservadorismo são maiores quando o GAAP alemão é utilizado em comparação ao IFRS.
Cordazzo (2007)	Itália	2006	178 empresas não financeiras	Houve uma diferença significativa entre o lucro líquido e o patrimônio líquido apurado sob o GAAP italiano e sob o IFRS.
Peng <i>et al.</i> (2008)	China	1999 e 2002	79 empresas não financeiras	Houve um aumento com o tempo no grau de conformidade das empresas com as normas internacionais de contabilidade

No Brasil, o estudo elaborado por Santos (2010) analisou o impacto da adoção inicial (1ª fase) das normas internacionais de contabilidade no ano de 2008. Utilizando uma amostra de 178 empresas não financeiras de capital aberto, o estudo conclui que algumas mudanças contábeis alteraram o lucro de forma positiva (como a inclusão de incentivos fiscais no lucro), enquanto outras diminuíram o resultado (como a redução do valor recuperável dos ativos).

O trabalho de Santos (2010), por questões de tempo, (sua análise concentrou-se nas demonstrações financeiras de 2008) analisou o impacto da adoção inicial (1ª fase) das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Apesar de sua relevância, uma análise completa do processo de convergência é necessária para aumentar o entendimento sobre esse evento.

No Brasil, existe uma série de estudos setoriais que verificaram o impacto das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas de capital aberto de setores econômicos específicos. Os estudos abaixo utilizaram testes de diferença de média (T de Student e Wilcoxon), sendo que seus principais resultados estão resumidos no quadro 2.

Quadro 2 – Estudos Nacionais Setoriais

Autores	Setor	Ano	Amostra	Resultados
Almeida <i>et al.</i> (2011)	Extração e Processamento de Recursos Naturais	2008-2010	17 empresas de capital aberto	PL 2008 ² aumentou 5,2% e o PL 2009 ² aumentou 5,7%, e ambos são estatisticamente significantes; LL 2009 ² aumentou 4,4% e o ROE 2009 ² diminuiu 6%, e ambos não são estatisticamente significantes; Os CPC mais impactantes foram CPC 27 - Imobilizado, CPC 29 - Ativo Biológico, CPC 33 - Benefícios a Empregados, CPC 15 - Combinação de negócios e impostos diferidos.
Almeida <i>et al.</i> (2011)	Bebidas, Alimentos e Comércio	2008-2010	14 empresas de capital aberto	PL2008 ¹ diminuiu 27,6% e é estatisticamente significativa; LL2008 ¹ aumentou 1,4% e é estatisticamente significativa; PL 2008 ² aumentou 0,6% e o PL 2009 ² aumentou 5%, e ambos não são estatisticamente significantes; LL 2009 ² aumentou 1,4% e não é estatisticamente significativa; O CPC mais impactante foi o CPC 27 - Imobilizado.
Barcellos <i>et al.</i> (2011)	Siderurgia e Metalurgia	2008-2010	24 empresas de capital aberto	PL2008 ¹ diminuiu 16,1 % e é estatisticamente significativa; LL2008 ¹ diminuiu 5,3% e não é estatisticamente significativa. PL 2008 ² aumentou 5,2% e o PL 2009 ² aumentou 9,1%, e ambos são estatisticamente significantes; LL 2009 ² diminuiu 1,5% e não é estatisticamente significativa;
Notas: 1 – 1ª Fase, 2 – 2ª Fase, PL – Patrimônio Líquido, LL – Lucro Líquido				

Observa-se que, em geral, o patrimônio líquido e o lucro líquido das empresas aumentaram com a adoção do IFRS. Tais resultados indicam que: (a) o padrão contábil internacional pode ser menos conservador que as normas contábeis brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76; e (b) a adoção do padrão contábil internacional pode trazer efeitos na comparabilidade das demonstrações contábeis antes e depois da adoção das normas internacionais de contabilidade.

Percebe-se também que o impacto das normas internacionais nos setores econômicos varia bastante de setor para setor, sendo que tanto o impacto econômico, com as normas (CPCs) mais

impactantes, é diferente entre os setores, deixando evidente a existência de características específicas em cada um deles.

Esse estudo segue a mesma linha de objetivos dos artigos setoriais citados, porém o setor abordado não foi alvo de estudo dentro do cenário brasileiro.

3 METODOLOGIA

3.1. Seleção Da Amostra

Foi escolhido o setor têxtil por representar um segmento relevante no mercado mundial (quinto maior produtor têxtil do mundo) e representou no ano de 2010 aproximadamente 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo o 2º maior gerador de primeiro emprego e 2º maior empregador da indústria de transformação. (GORINI; SIQUEIRA, 2002).

A amostra compreendeu as empresas de capital aberto do setor têxtil que adotaram as normas internacionais de contabilidade pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e que incluíam comparativamente as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009, que coincide com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008, com registro e sujeitas a regulamentação da na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.org.br), uma vez que as mesmas possuem divulgações públicas de suas demonstrações financeiras que estão disponíveis para consulta por qualquer usuário.

A Classificação Setorial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA segue uma estrutura elaborada considerando principalmente os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas empresas, com os seguintes propósitos: (a) fornecer uma identificação mais objetiva dos setores de atuação das empresas, já a partir do primeiro nível da estrutura; (b) permitir uma visão sobre empresas que, embora com atividades diferentes, atuem em estágios similares da cadeia produtiva ou com produtos/serviços relacionados e tendam a responder de forma semelhante às condições econômicas; (c) facilitar a localização dos setores de atuação das empresas negociadas; (d) aproximar-se de critérios utilizados pelo mercado financeiro nacional e internacional. (BM&FBOVESPA).

Inicialmente, para identificar as empresas de capital aberto foi necessário consultar a base de dados Econômica. Ao consultá-la, observou-se que a mesma utiliza a classificação de subsetores definida pela *North American Industry Classification System* (NAICS). Sendo assim foram identificados, os seguintes subsetores fazem parte da amostra são: Indústria de calçados (4 empresas), Indústria de fios (1 empresa), Indústria de roupas de malha (12 empresas), Outras indústrias de tecidos (1 empresa) e Tecelagens (10 empresas).

Após essa etapa, foram consultados os relatórios contábeis de cada uma dessas empresas, objetivando coletar as informações necessárias para a realização da pesquisa. Dessas empresas, três foram excluídas já que não tinham apresentado as demonstrações financeiras relacionadas ao ano de 2010 até a data de corte (16/06/2011) definida para a coleta de dados. Outras duas empresas foram eliminadas por não apresentarem as comparações dos efeitos da aplicação das IFRS em suas demonstrações contábeis do ano de 2010 e vinte empresas também não demonstraram os efeitos da aplicação do IFRS nas demonstrações contábeis de 2008. Com isso, a

amostra utilizada nesse estudo foi composta por 23 empresas, considerando as demonstrações contábeis de 2010, e 10 empresas considerando as demonstrações contábeis de 2008. A tabela 1 ilustra a composição da amostra.

Os dados coletados estavam disponíveis em tabelas de conciliação disponíveis nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Essas tabelas continham o balanço patrimonial e a demonstração do resultado elaborados sob padrões contábeis distintos (BRGAAP e IFRS), além de destacar quais pronunciamentos contábeis contribuíram para as diferenças existentes.

Tabela 1: Composição da amostra

AMOSTRA	2010	2008
Quantidade de empresas no setor com registro na CVM	28	28
(-)Empresas que não divulgaram as demonstrações financeiras na data de corte (16/06/2011)	3	-
(-)Empresas que não apresentavam as informações necessárias para a pesquisa	2	20
Quantidade de empresas na amostra	23	8

Fonte: Dados coletados no site da CVM

Toda a coleta e tabulação dos dados foi realizada manualmente devido a ausência de base de dados que possuíssem as informações necessárias para a realização da pesquisa. Tal procedimento é relevante, pois representa dados criteriosos que receberam atenção no momento de sua extração, evitando inconsistências. Adicionalmente, uma análise crítica dos dados foi feita para evitar qualquer distorção nos dados coletados. As informações coletadas foram codificadas, tabuladas e analisadas com apoio dos softwares Microsoft Excel e SPSS 17 (*Statistical Package for the Social Sciences*).

3.2. Análise Dos Dados

Foi escolhido para esse estudo os testes de diferença de média (T de *Student* e *Wilcoxon*). A aplicação desses testes tem o objetivo de verificar se existem diferenças significativas entre o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados sob normas contábeis distintas (BRGAAP E IFRS). Esse teste também foi utilizado por Callao *et al.*, (2007), Cordazzo, (2007), Peng *et al.*, (2008) e Santos, (2010).

A normalidade dos dados foi verificada através dos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro Wilk (disponíveis no anexo B). De acordo com o resultado do teste, o teste de diferença de média mais indicado (paramétrico ou não paramétrico) foi utilizado.

As hipóteses testadas utilizando os testes de média foram:

H₀ – Não existem diferenças significativas entre o Lucro Líquido (ou Patrimônio Líquido ou ROE) contábil apurado sob o padrão contábil BRGAAP_{ano i} e sob o padrão contábil CPC/IFRS_{ano i}.

H₁ – Existem diferenças significativas entre o Lucro Líquido (ou Patrimônio Líquido ou ROE) contábil apurado sob o padrão contábil BRGAAP_{ano i} e sob o padrão contábil CPC/IFRS_{ano i}.

Os pares de medidas contábeis testados foram:

(A) Considerando as demonstrações financeiras do exercício de 2008:

PL_{2008BRGAAP} → PL_{2008CPC/IFRS}

LL_{2008BRGAAP} → LL_{2008 CPC/IFRS}

PL_{2007BRGAAP} → PL_{2007CPC/IFRS}

LL_{2007BRGAAP} → LL_{2007 CPC/IFRS}

(B) Considerando as demonstrações financeiras do exercício de 2010:

PL_{2008BRGAAP} → PL_{2008 CPC/IFRS}

PL_{2009BRGAAP} → PL_{2009CPC/IFRS}

LL_{2009BRGAAP} → LL_{2009CPC/IFRS}

ROE_{2009BRGAAP} → ROE_{2009CPC/IFRS}

O patrimônio líquido e o lucro líquido do ano de 2008 foram testados duas vezes. No primeiro caso (A), englobaram as demonstrações contábeis de 2008 sob efeito dos pronunciamentos emitidos e aplicados na primeira fase de transição (CPC 1 ao 14), buscando mensurar isoladamente a relevância dos impactos na primeira fase de adoção. No segundo caso (B), as demonstrações financeiras de 2010 já foram impactadas por todos os CPCs.

4 RESULTADOS

4.1. Análise Quantitativa dos Dados

Observando a estatística descritiva das variáveis analisadas (disponível no anexo A), nota-se que, em relação à segunda fase de transição, o valor da variação do patrimônio líquido médio é próximo a 11% tanto em 2008 como em 2009. Destaca-se ainda o fato de que tanto o patrimônio líquido como o lucro líquido apresenta variação média positiva na segunda fase, o que indica que essas medidas contábeis tiveram valores maiores quando calculados sob as normas do IFRS do que quando calculadas sob o BRGAAP. Já em relação ao ROE, o valor do mesmo diminui 10% quando calculado sob as normas internacionais de contabilidade. Em relação à primeira fase, percebe-se que o patrimônio líquido de 2008 sofreu um ajuste médio positivo de 6%, enquanto que o patrimônio líquido de 2007 sofreu um ajuste negativo de 1%. Em relação ao lucro líquido de 2007 e 2008, apesar do pequeno número de observações, nota-se que o valor dessa medida contábil aumentou quando o IFRS foi adotado pelas empresas do setor.

Analisando de forma comparativa os impactos da primeira com os da segunda fase, percebe-se que os ajustes foram, em sua maioria, positivos, demonstrando que o valor do lucro líquido e do patrimônio líquido foram maiores quando o IFRS foi adotado. A única exceção foi o patrimônio líquido de 2007 referentes à primeira fase, que sofreu ajuste negativo. Em relação ao impacto econômico sobre o patrimônio líquido, a análise indica que este foi maior na segunda fase do que na primeira fase.

O impacto das normas internacionais de contabilidade no setor têxtil pode ser comparado com o impacto em outros setores econômicos, conforme demonstrado na tabela 3.

Ao comparar o impacto das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor têxtil com os resultados apurados em outros setores, percebe-se que o setor têxtil apresentou ajustes positivos no patrimônio líquido e no lucro líquido tanto na primeira fase como na segunda fase, diferentemente do encontrado em outros setores. Em relação a magnitude do ajuste (variação média), o setor têxtil apresentou os maiores ajustes se comparado com os outros setores, o que demonstra que o setor têxtil foi mais impactado pela adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade se comparado com os outros setores analisados.

Tabela 3: Impacto do IFRS em setores econômicos específicos

Setor	1ª Fase		2ª Fase		
	Variação Média	Variação Média	Variação Média	Variação Média	Variação Média
	PL08	LL08	PL08	PL09	LL09
Extração e Processamento de Recursos Naturais ⁽¹⁾	N/D	N/D	5,2%	5,7%	4,4%
Bebidas, Alimentos e Comércio ⁽²⁾	-27,6%	1,4%	0,6%	5%	1,4%
Siderurgia e Metalurgia ⁽³⁾	-16,1%	-5,3%	5,2%	9,1%	-1,5%
Têxtil	6%	324%	11,2%	11,6%	5,1%

Nota: (1) Almeida *et al.* (2011); (2) Almeida *et al.* (2011); (3) Barcellos *et al.* (2011). N/D – Não disponível. A variação média foi calculada da seguinte forma: a métrica contábil sob CPC/IFRS deduzida da métrica contábil sob o BRGAAP e depois dividido pelo valor da métrica contábil sob BRGAAP.

A tabela 4 apresenta resumidamente os resultados do teste estatístico não paramétrico (Wilcoxon) de diferenças de médias. O referido teste foi utilizado uma vez que os dados analisados não apresentaram uma distribuição normal, conforme indicado nos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

Tabela 4: Resultado do teste estatístico

Variável	N	Ajuste Médio	Estatística Z (Wilcoxon)	Significância
Painel 1 – Demonstrações Financeiras de 2010				
PL2008BRGAAP - PL2008CPC/IFRS	21	11,2%	-3,541	0,000*
PL2009BRGAAP - PL2009CPC/IFRS	24	11,6%	-3,980	0,000*
LL2009BRGAAP - LL2009CPC/IFRS	23	5,1%	-0,299	0,765
ROE2009BRGAAP - ROE2009CPC/IFRS	23	-10%	-2,589	0,010**
Painel 2 – Demonstrações Financeiras de 2008				
PL2008BRGAAP - PL2008CPC/IFRS	6	6%	-0,524	0,600
PL2007BRGAAP - PL2007CPC/IFRS	8	-1%	-2,366	0,018**
LL2008BRGAAP - LL2008CPC/IFRS	7	324%	-1,859	0,063***
LL2007BRGAAP - LL2007CPC/IFRS	6	153%	-2,201	0,028**

Nota: * 1% **5% ***10%. O número de observações referentes as demonstrações financeiras de 2008 foi reduzido, o que afetou a robustez do teste estatístico.

O resultado do teste estatístico comparando o patrimônio líquido no ano de 2008 da segunda fase de transição calculado sob normas distintas (Lei 6.404 e CPC/IFRS) conclui que não se deve aceitar H_0 (Nível de Significância de 1%), ou seja, há diferenças estatísticas significativas entre o patrimônio líquido apurado sob normas distintas no ano de 2008. O resultado é o mesmo para o patrimônio líquido apurado no ano de 2009.

Em relação ao Lucro Líquido apurado no ano de 2009, o resultado do teste estatístico aponta que deve-se aceitar H_0 , ou seja, não há diferenças significativas entre o lucro líquido apurado sob normas distintas no ano de 2009.

Já o ROE calculado no ano de 2009, o teste de diferença de médias aponta não se deve aceitar H_0 (Nível de Significância de 5%), ou seja, há diferenças estatísticas significativas entre o ROE calculado sob padrões contábeis distintos.

4.2. Análise qualitativa dos dados

A tabela 5 apresenta o detalhamento dos efeitos das novas normas de contábeis decorrentes do processo de convergência nas demonstrações contábeis de 2010 (2ª. Fase), bem como a frequência de cada norma. Na tabela 5 pode-se verificar a relação dos ajustes, separadamente por CPC, nos patrimônios líquidos dos anos de 2008 e 2009, e no resultado de 2009 (demonstração contábil de 2010).

Tabela 5 – Análise dos efeitos dos ajustes por CPC na 2ª fase de transição

CPC	2008			2009			2009		
	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito PL (a)	Fr (b)	% (c)	Efeito LL (a)	Fr (b)	% (c)
1	-	-	-	30.654	4	17%	2		9%
2	(2)	1	5%	(97)	2	9%	(731)	2	9%
3	18	1	5%	120	1	4%	-	-	-
4	(12.915)	6	29%	5.552	7	30%	2.347	6	27%
6	(4.851)	2	10%	(5.082)	2	9%	(2)	1	5%
11	49.713	1	5%	39.176	1	4%	-	-	-
12	64.166	5	24%	51.739	7	30%	5.985	3	14%
13	(49.034)	1	5%	(48.321)	1	4%	(906)	1	5%
15	(4.086)	1	5%	(6.531)	2	9%	26	1	5%
16	(774)	2	10%	201	2	0%	975	2	9%
18	51.610	2	10%	50.170	2	9%	(1.113)	2	9%
26	5	1	5%	4	1	4%	-	-	-
27	919.542	12	57%	939.305	13	57%	(16.384)	8	36%
28	35.036	1	5%	20.007	1	4%	(393)	1	5%
29	6.924	3	14%	7.192	3	13%	164	3	14%
32	-	-	-	(64.628)	2	9%	-	-	-
33	1.275	2	10%	(925)	2	9%	(3.306)	2	9%
37	14.452	1	5%	13.880	1	4%	(377)	1	5%
38	16.499	2	10%	1.653	2	9%	-	-	-
ICPC 3	-	-	-	-	-	-	(91)	1	5%
ICPC8	50.136	3	14%	46.425	3	13%	-	-	-
Outros	153.211	6	29%	13.597	5	22%	37.548	6	27%

Nota: Valores financeiros em milhares de reais. A tabela acima demonstra (a) impacto acumulado por CPC no patrimônio líquido ou lucro líquido de 2008 e 2009, (b) a frequência corresponde ao número de empresas que foram impactadas por cada CPC; (c) o percentual representa a frequência dividida pela quantidade de empresa analisadas. Não foi possível elaborar a mesma tabela para as demonstrações financeiras de 2008 devido ao pequeno número de empresas que disponibilizaram essas informações. Os valores foram obtidos através de análise das notas explicativas das empresas.

O setor têxtil tem por característica valores significativos nas linhas de imobilizado (CPC 27), principalmente porque depende de grandes plantas produtivas, tanto pelo tamanho das máquinas quanto pela quantidade. Dessa forma, o imobilizado torna-se um fator preponderante sobre os valores de suas demonstrações contábeis.

Percebe-se que aproximadamente R\$ 919 milhões são provenientes do ajuste do CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo que o ajuste foi relatado como impactante no patrimônio líquido de 2008 por 57% das empresas. O impacto foi similar no patrimônio líquido de 2009: ajuste de R\$ 939 milhões, relatado também por 57% das empresas.

As empresas adotaram, em boa parte, a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do custo atribuído (*deemed cost*), conforme opção prevista no ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial para as rubricas de terrenos, edifícios, máquinas e instalações do Ativo imobilizado. Para os demais itens do ativo imobilizado das empresas, os administradores concluíram que na maioria dos casos o custo histórico se aproximava do valor justo em função das manutenções e reformas.

Um fator determinante para tamanha disparidade dentre os efeitos dos CPC's no setor têxtil, é que o CPC 27 alterou a forma como os gastos operacionais poderiam ser tratados, deixando assim duas opções de tratamento: uma em que os valores afetam negativamente os resultados e outra em que os valores podem ser apropriados e ativados ao Patrimônio Líquido. Diversas empresas optaram por fazer a ativação desses valores sobre o Patrimônio Líquido, para não afetarem o resultado.

Deve-se destacar que o CPC 27 – Ativo Imobilizado também foi detectado como um dos pronunciamentos contábeis mais impactantes no setor de extração e processamento de recursos naturais e bebidas, alimentos e comércio.

Em relação a outros pronunciamentos contábeis, deve-se citar o CPC 04 – Ativo Intangível, que impactou o patrimônio líquido de 2008 e 2009 de 30% das empresas da amostra e o lucro líquido de 2009 de 27% das empresas; e o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, que apresentou, no total, um ajuste de R\$ 64 milhões no patrimônio líquido de 2008 (relatado por 24% das empresas) e R\$ 51 milhões no patrimônio líquido de 2009 (relatado por 30% das empresas).

A seguir, apresenta-se três exemplos de divulgação dos efeitos das mudanças de práticas contábeis para o item ativo imobilizado:

Caso 1:

“O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear (...) e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.”

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.”

Fonte: Notas Explicativas das demonstrações Financeiras de 2010. (grifo nosso)

Caso 2:

“É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.”

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.”

Fonte: Notas Explicativas das demonstrações Financeiras de 2010. (grifo nosso)

Caso 3:

“Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

(...)

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.”

Fonte: Notas Explicativas das demonstrações Financeiras de 2010. (grifo nosso)

Ao observar os exemplos de notas explicativas relacionadas com o ativo imobilizado, percebe-se que as empresas destacaram o fato da depreciação estar vinculada ao tempo de vida útil do ativo, bem como a revisão do prazo de vida útil e do valor residual. Essas evidências mostram o impacto dos novos padrões contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo foi verificar se existem diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido, do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) apurado nos anos de 2007, 2008 e 2009 sob normas distintas (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto do setor têxtil listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Complementarmente, buscou-se identificar quais mudanças de práticas contábeis foram mais significativas e frequentes no período analisado.

O resultado da análise estatística permite concluir que as diferenças do patrimônio líquido de 2008 (11,2%) e 2009 (11,6%), apurados sob duas normas contábeis distintas (Lei BRGAAP e CPC/IFRS), são estatisticamente significativas (isto é, rejeita-se a hipótese nula ao nível de significância de 5%). A diferença de médias de 5,1% apurado no lucro líquido do exercício de 2009 não é estatisticamente significativa (isto é, não existem evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula).

Em relação ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) calculado no ano de 2009, verifica-se que há diferenças estatisticamente significativas entre o ROE calculado sob padrões contábeis

distintos ao nível de significância de 5%, sendo que esse indicador contábil teve seu valor reduzido em 10%.

Os resultados apurados demonstram, em geral, que o patrimônio líquido e o lucro líquido, apurados com base nos padrões contábeis internacionais, são maiores que aquelas apuradas de acordo com o padrão contábil local (decorrente da aplicação da Lei 6.404/76), isto é, as normas contábeis brasileiras são mais conservadoras que as normas contábeis internacionais.

Os resultados apurados estão consistentes com o demonstrado por estudos anteriores, tais como, os estudos setoriais realizados por Almeida *et al.* (2011) e Barcelos *et al.* (2011), porém o setor têxtil, em comparação a outros setores, foi aquele que apresentou os maiores ajustes decorrentes da adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade.

Foi possível notar que as alterações no patrimônio líquido de 2008 e 2009 foram significativas para o setor têxtil porque o setor tem como característica uma constante atualização e renovação de seus ativos imobilizados, que representam grande parte de seu ativo, assim como a nova norma com base no IFRS que previa uma grande alteração principalmente pela reavaliação desses ativos. Nas organizações do setor têxtil o ativo imobilizado está representado em grande parte por terrenos, edifícios, máquinas e instalações, fazendo assim com que o CPC 27 seja o principal fator gerador de ajustes nas demonstrações analisadas neste artigo.

Outro resultado contundente encontrado no estudo foi a baixa qualidade da evidenciação em notas explicativas encontrado nas demonstrações financeiras, especialmente as demonstrações referentes ao exercício de 2008. Em sua maioria, as empresas da amostra cumpriram com os requisitos mínimos exigidos pelos órgãos reguladores, porém o nível de evidenciação poderia ser maior, facilitando assim o entendimento dos usuários da informação contábil sobre os efeitos das mudanças de práticas contábeis.

O resultado do estudo é relevante, pois demonstra os efeitos práticos das mudanças de práticas contábeis em um relevante setor de atividades no Brasil. Adicionalmente, foi possível demonstrar as características contábeis próprias do setor têxtil. Além disso, o estudo contribuiu para demonstrar que a adoção das normas internacionais de contabilidade pode comprometer a comparabilidade das demonstrações contábeis nos períodos antes e depois de sua adoção.

Considera-se como limitação da pesquisa o fato de que, ao identificar e tabular os dados referentes aos CPCs que impactaram o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas, em diversos casos, o julgamento do pesquisador foi necessário no momento de classificar os ajustes, visto que muitas empresas não especificaram claramente qual pronunciamento contábil era responsável por determinado ajuste. Além disso, a baixa evidenciação encontrada nas demonstrações contábeis de 2008 dificultou a realização de uma análise mais detalhada sobre os impactos da 1ª fase de transição nas empresas do setor têxtil.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R. V.; COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.136-156. 2011.

ALMEIDA, S. R. V.; COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C. Uma análise dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo de empresas de capital aberto no setor de bebidas, alimentos e comércio. In: *Encontro de Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj*, 13, - Prêmio contador Geraldo de La Rocque. Rio de Janeiro, 2011

BARCELLOS, L. P.; SILVA, A. H. C.; COSTA JUNIOR, J. V. Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. In: *Encontro de Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj*, 13., - Prêmio contador Geraldo de La Rocque. Rio de Janeiro, 2011

BECKMAN, J.; BRANDES, C; EIERLE, B. German reporting practices: an analysis of reconciliations from German commercial code to IFRS or US GAAP. *Advances in International Accounting*, Estados Unidos, v.20, p. 253-294, 2007.

BM&FBOVESPA. Classificação Setorial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/consultas/classificacao-setorial.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p.157-187, mar. 2010.

CALLAO, S.; JARNE, J.; LAÍNEZ, J. Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Estados Unidos, n. 17, p. 148-178, 2007.

CORDAZZO, M. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidence from Italian listed companies. 2007. Disponível em: <http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela%20%20-%20Dec07.pdf>>. Acessado em julho/2011.

GORINI, A. P. F; SIQUEIRA, S. H. G. Complexo Têxtil Brasileiro. AO1/GESET2. 2002. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/bsetptex.pdf>. Acessado em julho/2011

IATRIDIS, G.; ROUVOLIS, S. The post adoption effects of the implementation of International Financial Reporting Standards in Greece. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Estados Unidos, n. 19, p.55-65, 2010.

MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Accounting quality and the adoption of IASB standards – portuguese evidence. *Revista de Contabilidade e Finanças: USP*, São Paulo, v. 19, n. 48, p.103-111, set. 2008.

PENG, S.; TONDKAR, R. H.; SMITH, J. L.; HARLESS, D. W. Does convergence of accounting standards lead to the convergence of accounting practices? A study from China. The International Journal of Accounting, Estados Unidos, n. 43, p. 448-468, 2008.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S. Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente (avp) pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 10. São Paulo, 2010.

SANTOS, E. S. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS nas empresas abertas: um exame censitário dos ajustes ao resultado nas DFPs de 2008. In: ENANPAD, 34, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

<p>Adolfo Henrique Coutinho e Silva é Doutor em Contabilidade e Prof. Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. adolhocoutinho@uol.com.br Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20550-013.</p>	<p>Luíz Da Costa Laurencel é Doutor em Engenharia e Prof. Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. lourenc.ntg@terra.com.br Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20550-013.</p>
<p>Sidmar Roberto Vieira Almeida é Mestre em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. sid.adm@ig.com.br Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20550-013.</p>	<p>Silvestre De Mello De Souza é Mestre em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. admin@professorsilvestre.com Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20550-013.</p>
<p>Thiago De Abreu Costa é Mestre em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. thiago.abreu.adm@gmail.com Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20550-013.</p>	

ANEXO A – Estatística descritiva dos dados da amostra

N	Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Painel 1 – Demonstrações Contábeis de 2010:						
Empresas (n=21)	PL 2008 BRGAAP	526.466	238.679	738.766	-528.800	2.188.682
	PL 2008 CPC/IFRS	585.399	311.440	745.992	-490.151	2.273.226
	Variação PL Médio	58.933				
	%	11,2%				
Empresas (n=24)	PL 2009 BRGAAP					
	PL 2009 CPC/IFRS	569.926	335.442	765.870	-537.735	2.262.859
	Variação PL Médio	59.124				
	%	11,6%				
Empresas (n=23)	LL 2009 BRGAAP					
	LL 2009 CPC/IFRS	51.230	23.036	79.848	-49.413	272.443
	Variação LL Médio	2.468				
	%	5,1%				
Empresas (n=23)	ROE 2009 BRGAAP	32%	13%	74%	-23%	315%
	ROE 2009 COC/IFRS	22%	10%	63%	-65%	281%
Painel 2 – Demonstrações Contábeis de 2008:						
Empresas (n=6)	PL 2008 BRGAAP	313.907	169.697	479.583	-69.990	1.263.644
	PL 2008 CPC/IFRS	332.521	169.810	473.746	-48.568	1.259.355
	Variação PL Médio	18.614				
	%	6%				
Empresas (n=8)	PL 2007 BRGAAP					
	PL 2007 CPC/IFRS	694.743	374.245	659.545	89.501	1.756.702
	Variação PL Médio	-8.326				
	%	-1%				
Empresas (n=7)	LL 2008 BRGAAP					
	LL 2008 CPC/IFRS	24.966	10.711	126.466	-185.006	243.162
	Variação LL Médio	36.100				
	%	324%				
Empresas (n=6)	LL 2007 BRGAAP					
	LL 2007 CPC/IFRS	23.058	7.067	206.108	-315.546	265.369
	Variação LL Médio	66.293				
	%	153%				

Nota: Valores financeiros em milhares de reais.

ANEXO B – Teste de normalidade dos dados da amostra

Variável	Kolmogorov-Smirnov		Shapiro-Wilk	
	Statistic	Sig.	Statistic	Sig.
Painel 1 - Demonstrações Financeiras de 2008				
PL2008BRGAAP	0,384	0,006*	0,724	0,011**
PL2008CPC/IFRS	0,319	0,057***	0,761	0,025**
LL2008BRGAAP	0,309	0,043**	0,802	0,043**
LL2008CPC/IFRS	0,266	0,144	0,899	0,327
PL2007BRGAAP	0,256	0,131	0,841	0,077***
PL2007CPC/IFRS	0,259	0,122	0,831	0,061***
LL2007BRGAAP	0,302	0,094***	0,795	0,053***
LL2007CPC/IFRS	0,221	0,200	0,923	0,529
Painel 2 - Demonstrações Financeiras de 2010				
PL2008BRGAAP	0,288	0,000*	0,852	0,005*
PL2008CPC/IFRS	0,278	0,000*	0,858	0,006*
PL2009BRGAAP	0,253	0,001*	0,840	0,002*
PL2009CPC/IFRS	0,276	0,000*	0,842	0,002*
LL2009BRGAAP	0,214	0,010**	0,865	0,006*
LL2009CPC/IFRS	0,235	0,003*	0,845	0,003*

Nota: *1% **5% ***10%